

ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR

OBJETIVO:

Analisar a viabilidade da contratação intencionada, por meio de estudo técnico preliminar, bem como levantar os elementos essenciais que servirão para compor o Termo de Referência, de forma a melhor atender às necessidades do Corpo de Bombeiros Militar de Itajaí/SC no que tange a este processo, cujo objeto é a aquisição de dois equipamentos portáteis geradores de espuma para uso em operações de combate a incêndio para o Corpo de Bombeiros Militar de Itajaí.

Área requisitante da contratação: Corpo de Bombeiros Militar.

I. INFORMAÇÕES GERAIS

1. Equipe de Planejamento

Nome	Cargo/Função	Matrícula	E-mail
Thales Felipe Fernandes da Silva	Cabo BM	932266-3	7b4aux@cbm.sc.gov.br

II. DIAGNÓSTICO SITUAÇÃO ATUAL

2. Descrição do problema a ser resolvido ou da necessidade apresentada (art. 18, § 1º, I, da Lei Federal nº 14.133, de 2021).

2.1. O presente processo de dispensa de licitação visa a aquisição de um item escasso no setor operacional. No caso, a aquisição dos equipamentos portáteis para geração de espuma se faz necessária para o aprimoramento dos serviços das guarnições em incêndios de risco elevado que envolvem líquidos inflamáveis, como combustíveis, solventes e produtos químicos.

2.2 Tal feito irá resolver tal insuficiência e equalizar os recursos disponíveis entre os combatentes, ao reduzir a dependência de soluções improvisadas e assegurar o cumprimento do protocolo técnico adequado das ocorrências anteriormente descritas.

2.3. A aquisição dos geradores de espuma atende o interesse público por garantir a integridade física dos agentes na preservação do patrimônio e segurança da população ao assegurar a continuidade da qualidade dos serviços prestados à sociedade.

3. Demonstração da previsão da contratação com o Plano Anual de Contratações (art. 18, § 1º, II, da Lei Federal nº 14.133, de 2021).

3.1. Houve a publicação do Plano Anual de Contratações e a contratação do objeto em questão está prevista para o ano de 2025.

4. Descrição dos requisitos da potencial contratação (art. 18, § 1º, III, da Lei Federal nº 14.133, de 2021).

4.1. O produto referente a esta contratação deverá ser entregue pelo fornecedor, conforme a demanda apresentada, de acordo com as especificações do produto e entrega definidas em edital, com o objetivo do recebimento em período legal sem avarias e ser compatível com o tipo de ocorrência e portabilidade indispensável.

4.2. O fornecedor deverá se responsabilizar pela conformidade legal do produto, ao garantir segurança, qualidade e desempenho, sob pena de rejeição e penalidades administrativas.

5. Estimativas das quantidades para contratação, acompanhadas de memórias de cálculo e dos documentos que lhe dão suporte (considerar interdependências com outras contratações, de modo a possibilitar economia de escala) (art. 18, § 1º, IV, da Lei Federal nº 14.133, de 2021).

5.1. A aquisição de 02 (duas) unidades foi definida com base em análise interna da chefia operacional, considerando a cobertura mínima necessária para atendimento simultâneo a múltiplas ocorrências ou em pontos distintos de uma mesma ocorrência de grande porte. A escolha da quantidade também considera a reserva estratégica para manutenção de continuidade dos serviços em caso de avaria em uma das unidades.

5.2. A justificativa da quantidade leva em conta a ausência de equipamentos de reserva em condições ideais, o que expõe a unidade ao risco de indisponibilidade operacional. O dimensionamento da demanda visa atender ao princípio da eficiência, garantindo prontidão sem excessos ou ociosidade de recursos.

III. PROSPECÇÕES DE SOLUÇÕES

6. Levantamento mercadológico (que consiste na análise das alternativas possíveis e justificativa técnica e econômica da escolha do tipo de solução a contratar) (art. 18, § 1º, V, da Lei Federal nº 14.133, de 2021).

6.1. O levantamento mercadológico teve por objetivo identificar as alternativas viáveis de contratação para aquisição de equipamentos portáteis geradores de espuma considerando critérios de eficiência, economicidade, aderência à legislação e adequação à rotina administrativa do Corpo de Bombeiros Militar de Itajaí.

6.2. A análise comparativa das principais modalidades e instrumentos de contratação da lei 14.133/2021 observou os seguintes aspectos:

Modalidade	Vantagens	Desvantagens
Dispensa de Licitação (art. 75, Lei 14.133/21)	Maior agilidade na aquisição; útil para compras emergenciais ou de pequeno valor.	Limite legal de valores; não permite economia de escala; menor competitividade; risco de questionamentos quanto à economicidade e transparência.
Licitação Tradicional (Concorrência, Pregão etc.)	Promove ampla competitividade; transparência e legalidade elevadas.	Processo mais demorado; menos eficiente para demandas variáveis ou fracionadas; maior carga administrativa para unidades requisitantes.
Chamamento Público	Aplicável a parcerias com entidades sem fins lucrativos; promove ampla participação social.	Inadequado para aquisição de bens comuns; não se aplica à presente necessidade, por se tratar de fornecimento e não de parceria.

Sistema de Registro de Preços (SRP)	Flexibilidade de aquisição sob demanda; economia de escala com possibilidade de adesão por outras unidades; validade de até 12 meses; facilita planejamento e reposição de estoque.	Exige planejamento prévio e boa estimativa de consumo; necessidade de gestão e controle durante a vigência da ata.
-------------------------------------	---	--

7. Estimativa do valor da contratação (art. 18, § 1º, VI, da Lei Federal nº 14.133, de 2021).

7.1. A estimativa do valor da contratação foi elaborada com base em levantamento prévio de mercado com pesquisa de preços junto a empresas do ramo de materiais de combate a incêndio, com propostas contidas no documento de pesquisa de preços.

Item	Objeto	Quantidade	Valor Unitário	Valor Total
1	Equipamento portátil para geração de espuma	2	R\$ 9.540,00	R\$ 19.080,00

IV - SOLUÇÃO ESCOLHIDA

8. Descrição da solução escolhida (art. 18, § 1º, VII, da Lei Federal nº 14.133, de 2021).

8.1. Ao considerar os elementos apreciados do presente documento verificou-se que o método mais vantajoso para administração é a aquisição através de Dispensa de Licitação com base no artigo 75 II da Lei nº 14.133/2021, com critério de julgamento por menor preço do item. Além disso, vale considerar o fato de que o processo licitatório anterior (197068/2025-e), que objetivava a aquisição dos mesmos itens, obteve no despacho nº 97/2025 a orientação de seguir com essa modalidade. Uma vez que o processo apenas tratava da aquisição de um item e poderia se enquadrar no seu dispositivo legal, já que a despesa de aquisição de equipamentos de proteção, segurança e socorro não ultrapassou o saldo de R\$ 62.725,59 (sessenta e dois mil setecentos e vinte e cinco reais e cinquenta e nove centavos),

8.2. A solução atende de forma integral a necessidade da unidade, com previsão de uso contínuo e imediata da corporação. O fornecimento será acompanhado de recebimento definitivo e registro patrimonial, sem necessidade de ações preparatórias ou contratações interdependentes.

9. Justificativas para o parcelamento ou não da contratação (art. 18, § 1º, VIII, da Lei Federal nº 14.133, de 2021)

9.1. A contratação foi estruturada como um único item, por se tratar de um objeto indivisível do ponto de vista técnico e funcional. O equipamento portátil gerador de espuma não obteve nenhuma contratação similar com as especificações, não havendo justificativa técnica ou operacional para o fracionamento. Dessa forma, não há parcelamento da contratação, por não existir ganho de economicidade com essa medida.

10. Contratações correlatas e/ou interdependentes (art. 18, § 1º, XI, da Lei Federal nº 14.133, de 2021).

10.1. Não há contratações correlatas ou interdependentes previstas. A aquisição por si só resolve integralmente a demanda, não havendo necessidade de adaptações, capacitações adicionais ou aquisição de acessórios externos.

11. Demonstrativo dos resultados pretendidos em termos de economicidade e de melhor aproveitamento dos recursos humanos, materiais e financeiros disponíveis (art. 18, § 1º, IX, da Lei Federal nº 14.133, de 2021).

11.1. Pretende-se com a aquisição, através da Dispensa de Licitação, obter os benefícios diretos e indiretos que o Município almeja com a compra em termos de economicidade, eficácia, eficiência de melhor aproveitamento dos recursos materiais e financeiros disponíveis, inclusive com respeito a impactos ambientais.

11.2. Espera-se que os produtos sejam entregues nas quantidades e qualidades almejadas, visando a aquisição do objeto ao Corpo de Bombeiros Militar de Itajaí.

12. Providências a serem adotadas pela Administração previamente à celebração do contrato (art. 18, § 1º, X, da Lei Federal nº 14.133, de 2021).

12.1. Não serão necessárias providências para à adequação do ambiente, a capacitação de servidores para a fiscalização e gestão contratual ou ainda adequações dos ambientes deste Órgão, tendo em vista que se trata de fornecimento de bens e não tem maiores complexidades, bastando que a empresa CONTRATADA cumpra com as obrigações no prazo estipulado.

13. Possíveis impactos ambientais e respectivas medidas mitigadoras (art. 18, § 1º, XII, da Lei Federal nº 14.133, de 2021).

13.1. A contratação possui a possibilidade de ocorrência de impactos ambientais que precisam de medidas mitigadoras. Especialmente em razão da natureza química do agente espumígeno e dos materiais utilizados na composição do equipamento. Durante o uso operacional, há potencial impacto no meio ambiente decorrente da aplicação da espuma sobre o solo. Ainda, ao final da vida útil do equipamento, é necessário um descarte ambientalmente adequado, uma vez que os materiais plásticos e metálicos presentes no corpo do equipamento, bem como possíveis resíduos químicos remanescentes, podem representar risco ambiental se manuseados ou eliminados de forma incorreta.

13.2. Com vistas à mitigação desses impactos, a contratante observará o cumprimento da legislação ambiental vigente, especialmente a Lei nº 6.938/1981 (Política Nacional do Meio Ambiente), a Lei nº 12.305/2010 (Política Nacional de Resíduos Sólidos) e a Lei nº 9.605/1998 (Lei de Crimes Ambientais), adotando medidas como a exigência de que o agente espumígeno utilizado seja biodegradável e atenda às normas técnicas aplicáveis, a capacitação das equipes quanto ao uso racional do produto e à contenção de resíduos em áreas sensíveis, e a destinação final ambientalmente correta dos equipamentos inservíveis,

14. Responsável pela elaboração do Estudo Técnico Preliminar.

INTEGRANTE TÉCNICO

Cabo BM Thales Felipe Fernandes da Silva

Matrícula 932266-3

(assinado digitalmente)

Itajaí/SC, data da assinatura digital.

15. Posicionamento conclusivo sobre a adequação da contratação para o atendimento da necessidade a que se destina (art. 18, § 1º, XIII, da Lei Federal nº 14.133, de 2021).

Considerando o Estudo Técnico Preliminar elaborado, aprovo e atesto a sua conformidade às disposições contidas na Lei 14.133/2021 e no Decreto Municipal nº 12.840 de 25 de janeiro de 2024.

Itajaí/SC, data da assinatura digital.

Capitão BM DANIEL TORQUATO ELIAS

Chefe do B4 do 7º Batalhão de Bombeiros Militar
(assinado digitalmente)

ETTORE GUSTAVO STENGHELE

Secretário Municipal de Segurança Pública
(assinado digitalmente)